

ATA DO COMITÊ DE UNIFICAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BENEVENTE E RIO NOVO (LITORAL CENTRO SUL)

Data: 24/02/2026	Local da reunião: RDS PAPAGAIO - ANCHIETA/ES
Início previsto: 09h00	Término previsto: 12h00

Pauta

- I. Atualizações de informações quanto ao processo de unificação dos Comitês Benevente e Rio Novo;**
- II. Definição de Plano de Ações e Metas para o ano de 2026;**
- III. Indicação de membro do segmento Sociedade Civil para compor a Diretoria.**

- Helimar Rabello - SEMMA/Vargem Alta
- Weber Rocha - Força Verde/Guarapari
- Robson Sartório Cavalini - MPES
- Marcos Marsaioli - MPES
- Deborah Silva - SEMMA/Itapemirim
- Kássio Carneiro Nunes - SEMMA/Itapemirim
- Carina Prado - SEMMA/Piúma
- Davi Adami Castro - SEMMA/Iconha
- Leandro Borges - SEMAB/Alfredo Chaves
- Alexandre Elias Aboumrade - SAAE/Alfredo Chaves
- Liezer Guarnier Fim - CESAN
- Gabriel Pompermayer - SEMAM/Anchieta
- Maria Augusta Búffolo - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Alfredo Chaves
- Anna Letícia Pereira - SEMAM/Anchieta
- Breno Marcelino - SEMAM/Anchieta
- Leilliany Araújo - SEMMA/Guarapari
- Rafael Zouain - SEMMA/Guarapari
- Leina Iade Araújo - AGERH
- Antonio Oliveira - AGERH
- Sofia Nogueira - SEMAM/Anchieta
- Rafaela Victor - SEMAM/Anchieta
- Alessandra Costa - SEMAM/Anchieta



Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2026, foi realizada reunião ordinária conjunta do CBH Rio Novo e CBH Benevente, com a presença de representantes dos municípios, órgãos públicos e demais instituições integrantes. Inicialmente, todos os presentes realizaram uma breve apresentação, informando suas funções e vínculos institucionais. Em seguida, foi apresentada a pauta, que contemplou informes sobre o processo de unificação dos Comitês de Bacia, discussão para definição do plano de ações e metas para o ano de 2026 e a indicação de membro do segmento Sociedade Civil para compor a diretoria. Foi informado que há vacância na representação da sociedade civil na diretoria, em razão da ausência do membro anteriormente indicado, sendo necessária a respectiva indicação para preenchimento do cargo, a fim de assegurar a regular composição e continuidade dos trabalhos.

Na sequência, atendendo ao item I da pauta, o Sr. Antonio prestou esclarecimentos acerca do processo de unificação dos comitês, especialmente para os membros que participavam pela primeira vez de reunião com essa pauta. Foi informado que a unificação envolve a consolidação de uma região hidrográfica que abrange as bacias dos rios Una e Xuri, além de bacias menores inseridas nesse território. Destacou que todo o processo está alinhado à resolução do Conselho Estadual competente. Foi relatada a necessidade de redefinição cartográfica entre as bacias dos rios Una e Xuri, em razão da existência de interconexões naturais entre ambas, situadas em área de baixa declividade e alagados, especialmente na região entre Guarapari e Vila Velha. Considerando que a bacia do Rio Xuri já integra, por decreto, o Comitê do Jucu, optou-se por realizar uma divisão administrativa, a fim de evitar sobreposição de áreas de gestão e alterações em atos normativos já vigentes. Informou que será elaborado memorial descritivo com a delimitação consolidada do território, o qual será encaminhado ao Conselho Estadual para apreciação e formalização. Com a consolidação proposta, foi informado que passa a existir delimitação oficial do território do Comitê Litoral Centro Sul, tendo sido dirimida a questão de limites com o Comitê do Jucu. Esclareceu ainda a situação do município de Guarapari, cujo território possui divisões que não seguem integralmente os divisores de água, gerando, até então, lacunas institucionais de gestão, as quais passam a ser supridas com a unificação. Foi registrado que pequena porção do território de Vila Velha passa a integrar a nova delimitação, embora sem impacto representativo na composição institucional. Destacou ainda que o processo visa suprir vazios de gestão anteriormente identificados, especialmente na região de Guarapari. Quanto à denominação, registrou-se que a região passará a ser designada como Litoral Centro Sul, seguindo a nomenclatura adotada nas unidades de gestão de Recursos Hídricos do Estado. Antes de iniciar as discussões referentes ao item II da pauta a Sr^a Sofia fez contextualização sobre os trabalhos da diretoria do Comitê informando que, em reuniões prévias da diretoria, inclusive com a equipe técnica da Agerh e do Ministério Público, foi identificada a necessidade de reorganização dos canais de comunicação, com a criação de novo grupo de WhatsApp composto exclusivamente pelas instituições efetivamente participantes e que integrarão a nova composição do Comitê. O grupo anterior será mantido para fins informativos. Também foi relatado o envio de e-mails às instituições solicitando indicação formal de representantes titulares e suplentes, bem como atualização de contatos, com o objetivo de estruturar lista institucional para comunicação oficial. A Sr^a Sofia destacou a existência de vacâncias nos segmentos Sociedade Civil e Usuários, bem como a dificuldade de obtenção de quórum nas reuniões. Diante disso, foi informado que os regimentos vigentes prevêm a possibilidade de processo simplificado para recomposição de vagas, o qual deverá ser adotado para suprir as cadeiras não preenchidas. Foi esclarecido que instituições que já participaram de processo eleitoral anterior poderão realizar substituição de representantes mediante indicação formal, enquanto aquelas que não participaram

deverão aguardar abertura de novo processo simplificado. Ressaltou que, no atual momento de transição e unificação, o objetivo é assegurar o quórum mínimo qualificado para funcionamento regular do Comitê, evitando desequilíbrio entre os segmentos Poder Público, Usuários e Sociedade Civil. Foi registrado que, após a formalização do decreto de unificação e aprovação do novo regimento, será realizado processo eleitoral completo para definição da composição definitiva do Comitê. Foi sinalizado ainda, a necessidade de que as instituições encaminhem oficialmente as indicações de seus representantes, a fim de possibilitar a consolidação da nova composição e regularização das vacâncias existentes. Na sequência o Sr Antonio contextualizou sobre a conjuntura estadual positiva para a execução de ações deste comitê, prestando informações acerca do contexto financeiro decorrente do Decreto Estadual nº 6.184-R, publicado em 13 de setembro de 2025, que instituiu a cobrança pelo uso da água nos comitês de bacia que ainda não haviam deliberado seus mecanismos, equações e preços públicos. Foi esclarecido que, até então, apenas os Comitês do Jucu e do Guandu possuíam cobrança regulamentada, passando as demais bacias estaduais a serem abrangidas por equação única definida pelo referido decreto, vinculada ao valor de referência do Tesouro Estadual. Informou que, a partir da vigência do decreto, inicia-se o primeiro ciclo de arrecadação nas bacias do Benevente, Rio Novo e Guarapari, com estimativa preliminar de arrecadação anual em torno de R\$ 4 milhões, considerando os usos atualmente passíveis de cobrança, notadamente saneamento e indústria. Esclareceu que a agricultura encontra-se, no momento, isenta de cobrança, nos termos da legislação estadual vigente. Foi destacado que os recursos arrecadados constituirão fundo destinado à execução de ações previstas nos Planos de Bacia, os quais estabelecem diagnóstico, prognóstico e programas de ações com horizonte de longo prazo, voltados à garantia de disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade. Ressaltou que a cobrança não cobre integralmente todas as ações previstas, mas viabiliza a estruturação técnica necessária para sua implementação, incluindo contratação de estudos, elaboração de termos de referência e desenvolvimento de projetos prioritários. Informou ainda que há previsão de publicação de decreto complementar para habilitação de entidades delegatárias, responsáveis pela execução das ações deliberadas pelo Comitê, cabendo a este a deliberação sobre a aplicação dos recursos arrecadados. Destacou que a futura entidade executora contará com instrumento próprio de acompanhamento e controle das ações.

Em seguida atendendo ao item II da pauta, foram apresentados os Planos de Bacia vigentes, disponíveis no site institucional do órgão gestor, esclarecendo-se que, em razão do processo de unificação, os documentos ainda se encontram organizados conforme a estrutura anterior, sendo posteriormente consolidados sob a denominação Litoral Centro Sul. Foi informado que parte da documentação histórica encontrava-se em meio físico e passou por processo de digitalização para integração ao repositório oficial. Por fim, esclareceu-se que os Planos de Bacia são estruturados em etapas diagnóstica e prognóstica, culminando no Plano de Ações, documento que consolida os programas, metas, custos estimados e prioridades para o território, servindo de referência para a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água. O Sr Antonio na sequência, esclareceu que, considerando a complexidade e extensão dos Planos de Bacia, optou-se por trabalhar, neste momento, com a síntese constante no Manual Operativo elaborado pela AGERH em conjunto com os Comitês do Rio Novo e do Benevente. Informou que foram selecionadas ações de baixa complexidade, de curto prazo e com viabilidade executiva identificada, evitando-se incluir medidas que



demandem articulação com instâncias federais ou investimentos estruturais de grande porte, como obras de saneamento. Destacou que ações estruturantes, como ampliação de rede de coleta e construção de estações de tratamento, permanecem previstas nos Planos de Bacia, mas não compõem a agenda imediata, podendo ser objeto de discussão futura, especialmente após a consolidação da entidade delegatária e eventual estruturação de instrumentos de responsabilização e acompanhamento contratual. Foi registrado que o Manual Operativo atualmente em análise foi elaborado há aproximadamente quatro anos e que parte das ações previstas sofreu descontinuidade em razão de dificuldades institucionais e de articulação. Assim, a proposta é retomar e atualizar as ações ali previstas, reconhecendo que alguns prazos originalmente pactuados se encontram superados. Foi informado que a proposta inicial contempla dois eixos prioritários de atuação, comuns aos territórios unificados: capacitação e acompanhamento da execução do Plano de Bacia. Ressaltou que diversas metas dependem da atuação de outras instituições, cabendo ao Comitê exercer função de monitoramento e cobrança, inclusive junto ao órgão gestor. Foram ainda indicadas duas frentes consideradas estratégicas para integração à agenda anual: a articulação com o Programa Reflorestar, voltado ao pagamento por serviços ambientais, e o Programa Águas Capixabas, direcionado ao saneamento rural individual e ações correlatas. Destacou que tais iniciativas já se encontram em execução no âmbito estadual e podem ser incorporadas às ações do Comitê. A partir de então, foi aberta discussão para apreciação das tabelas-síntese do Manual Operativo e validação, pelos membros, das ações consideradas prioritárias para o exercício em curso, contendo programas, metas e ações selecionadas. O Sr. Antonio esclareceu que diversas ações constantes em ambos os planos apresentam conteúdo semelhante, embora organizadas sob descrições distintas, razão pela qual foi realizada análise comparativa para identificação de convergências. Informou que, no caso do Benevente, foram priorizadas ações simplificadas dentro de programas mais amplos, especialmente nos eixos relacionados ao uso eficiente da água na irrigação, controle de poluição de origem agrícola e controle de poluição orgânica de origem animal. Destacou que, embora os programas sejam abrangentes, o Manual Operativo selecionou como ação prioritária a realização de cursos de capacitação voltados a propriedades rurais, com foco na eficiência da irrigação e na redução de cargas poluidoras. Com a apresentação da tabela comparativa também foi mencionada a convergência entre ações voltadas à educação e conscientização ambiental, incluindo atividades de sensibilização sobre recursos hídricos, enquadramento dos corpos d'água e divulgação do Plano de Bacia. Observou-se que tais iniciativas podem ser integradas a eventos já existentes nos calendários municipais, como atividades escolares, campanhas ambientais e eventos relacionados a rios e bacias hidrográficas, ampliando o alcance das ações sem necessidade de criação de novas estruturas. O Sr. Antonio ressaltou que as ações selecionadas não esgotam o conteúdo dos programas previstos nos Planos de Bacia, tratando-se de recorte estratégico voltado à viabilidade de execução no curto prazo, no contexto atual de reorganização institucional do Comitê.

Na continuidade da discussão sobre ações de educação e sensibilização, um dos membros presentes ressaltou a importância de planejamento prévio nas atividades de descida ecológica dos rios, destacando que tais eventos devem possuir objetivos

gerais e específicos claramente definidos, metodologia estruturada, definição de responsabilidades e planejamento dos pontos de parada e observação. Enfatizou que, para que a atividade contribua efetivamente para a gestão de recursos hídricos, é necessário que gerem produtos concretos, como registros técnicos, diagnósticos ou relatórios, evitando que se configure apenas como evento recreativo. Foi pontuado que a ausência de planejamento pode, inclusive, ocasionar impactos negativos ao meio ambiente. Pontuou, portanto, a necessidade de organização antecipada, com definição de equipes responsáveis, áreas de observação e resultados esperados, de modo a assegurar que a atividade esteja alinhada aos objetivos do Comitê e contribua para o acompanhamento das condições dos corpos hídricos. O Sr. Antonio relatou a experiência da AGERH na realização da descida no Rio Barra Seca, destacando que, por envolver unidade de conservação federal, houve exigência de planejamento prévio e atendimento a requisitos específicos. Informou que, na ocasião, foi utilizada sonda multiparamétrica para coleta de dados de qualidade da água, gerando produto técnico e educativo. A AGERH colocou-se à disposição para colaborar em ações semelhantes nos rios Benevente e Rio Novo, tanto na mobilização quanto na elaboração e execução. Os membros presentes apontaram a distinção entre descidas com caráter recreativo e aquelas estruturadas como inspeção técnica, enfatizando que a gestão de recursos hídricos demanda geração de diagnóstico, registro e produtos técnicos. Ao fim da discussão desse tema pontuaram que podem coexistir dois formatos complementares: uma inspeção técnica estruturada, voltada à produção de diagnóstico e definição de metas, e descidas ecológicas com maior participação popular, com foco em educação ambiental, conscientização e uso múltiplo das águas. Ressaltando assim que a produção prévia de dados técnicos qualifica o discurso e potencializa o impacto das ações educativas.

Dando sequência ao item II da pauta, foi apresentada síntese das ações do Plano do Rio Novo relacionadas à formação e capacitação, destacando-se a semelhança com o Plano do Benevente. Entre as ações comuns, foi mencionado cursos de boas práticas agrícolas para trabalhadores rurais, capacitação de membros de comitês sobre Plano de Recursos Hídricos e enquadramento dos corpos d'água, além de cursos voltados à conservação e manutenção de estradas vicinais, envolvendo técnicos municipais e articulação com outras instituições parceiras. Informou-se que foi elaborada proposta de consolidação dessas ações, de modo a atender simultaneamente aos dois territórios, racionalizando metas que atualmente se encontram pulverizadas.

Na sequência, foi enfatizado que a execução das ações deve estar necessariamente vinculada ao acompanhamento sistemático das metas previstas nos planos, ressaltando-se que ambos contemplam programas de monitoramento da implementação. Foi informado que será lançado, na Semana da Água, o novo painel do SISPLAN, ferramenta destinada ao acompanhamento da execução dos Planos de Bacia e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, com visualização de indicadores de implementação e cumprimento de metas. Destacou-se a intenção de realizar oficinas periódicas com os comitês para utilização da ferramenta, promovendo rotina de monitoramento contínuo nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Foi pontuado que, em avaliações anteriores, verificou-se baixo acompanhamento das metas, resultando

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

em elevado número de ações registradas como não cumpridas. Ressaltou-se que a existência do monitor, isoladamente, não garante efetividade, sendo indispensável pactuação de responsabilidades e definição de instância interna responsável pelo acompanhamento.

Como encaminhamento, propôs-se a criação ou recondução de Câmara Técnica específica para acompanhamento da implementação do Plano, responsável por manter o monitoramento ativo, participar de capacitação promovida pela AGERH e apresentar dois informes formais anuais a plenária, além de subsidiar o Relatório Anual de Atividades do Comitê. Destacou-se que tal organização facilitará o processo de validação anual das informações e permitirá maior alinhamento entre os responsáveis pelas ações. Com essa proposta busca-se equilibrar viabilidade e efetividade, priorizando número reduzido de ações com maior capacidade de acompanhamento e execução, estruturadas em duas linhas principais: capacitação e monitoramento da implementação do Plano, aplicáveis aos Comitês do Benevente e do Rio Novo.

Em discussão com os membros presentes, foram destacadas ações estratégicas que envolvem recursos em execução no território, com ênfase na necessidade de priorização técnica para evitar conflitos e assegurar alinhamento aos Planos de Bacia. Nesse contexto, foi apresentado o programa Reflorestar como iniciativa prioritária, especialmente para microbacias com sistemas de abastecimento vulneráveis. Foi informado que o programa contempla modalidades de conservação e recuperação ambiental com pagamento por hectare, sendo operacionalizado em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, responsável pelo cadastramento, acompanhamento e fiscalização das propriedades. Ressaltou-se que o principal desafio é a mobilização e adesão dos produtores rurais. Como encaminhamento, sugeriu-se a atuação do Comitê, por meio de Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho, para identificar áreas prioritárias previstas no Plano, articular com os municípios e validar proposta a ser apresentada ao programa, fortalecendo a organização territorial e a captação de recursos.

Em seguida foi apresentado o histórico do Programa ProBacias, executado inicialmente na bacia do Rio Novo, com instalação de unidades biodigestoras adquiridas pelo Estado e implantadas com contrapartida das prefeituras. Relatou-se que o modelo inicial enfrentou dificuldades operacionais relacionadas à disponibilidade de mão de obra e estrutura municipal, levando à reformulação do arranjo para contratação integral da execução pelo Estado, com foco em áreas concentradas, a fim de permitir monitoramento de resultados e avaliação de impacto. Informou-se que, a partir do aprendizado obtido, o programa foi incorporado e ampliado pela SEAMA no âmbito do programa Águas Capixabas, atualmente com recursos significativamente superiores e previsão de investimentos em biodigestores, barraginhas e estruturas de infiltração. Destacou-se que há interesse do Estado em acelerar a implantação dessas ações, priorizando territórios que apresentem organização prévia e diagnóstico consolidado. A partir disso, foi apontado que o papel do Comitê será identificar áreas prioritárias previstas no Plano de Bacia, realizar levantamento prévio das residências e propriedades elegíveis, organizar informações cadastrais e articular com os municípios,



facilitando a priorização do território na destinação dos recursos. Foi enfatizado que a preparação antecipada dessas informações é determinante para a agilidade na execução.

O Sr. Antonio relatou que, em 2016 no Fórum Estadual de Comitês houve deliberação favorável à constituição de agência única para atendimento aos comitês. Destacou que a manutenção de estrutura técnica e administrativa demanda percentual significativo da arrecadação, tornando mais viável, sob o ponto de vista financeiro, a adoção de entidade única para ganho de escala. Informou-se que os comitês das bacias do Doce indicarão entidade já existente, enquanto os demais participarão de chamamento público. Registrou-se, ainda, que já existem entidades demonstrando interesse em participar do processo. Em relação ao fortalecimento institucional, foi esclarecido que, com a implantação da cobrança, a tendência é que o engajamento dos comitês ocorra de forma mais orgânica, a partir da gestão direta dos recursos arrecadados. Ressaltou que caberá ao Estado preparar os colegiados para atuar com a futura entidade delegatária, garantindo controle, acompanhamento e responsabilização, de modo a assegurar efetividade na aplicação dos recursos.

Foi deliberado em consenso com os membros presentes que será realizada a consolidação do quadro de ações, com detalhamento específico das iniciativas que foram apresentadas, propondo-se nova organização compatível com a agenda do CBH.

No item III da pauta, tratou-se da indicação de membros do segmento da sociedade civil para composição da diretoria. Foi registrado que, dentre as entidades presentes, apenas a Força Verde participou da reunião como representante da sociedade civil, não havendo outras indicações formalizadas por e-mail. Também foram mencionadas indicações encaminhadas anteriormente por prefeituras, porém algumas entidades não participaram do processo eleitoral anterior, devendo ingressar por meio de processo simplificado para preenchimento de vagas futuras.

Diante da ausência de outras candidaturas, o Sr. Weber representante da Força Verde manifestou interesse em compor a diretoria, colocando-se à disposição para colaborar com os trabalhos do Comitê, especialmente no fortalecimento da atuação no município de Guarapari. A indicação foi submetida à apreciação e aprovada por consenso, ficando a entidade integrada à diretoria.

Foi questionado se o representante da Força Verde, ao assumir a vaga anteriormente ocupada por entidade da sociedade civil que exercia a presidência, passaria automaticamente à condição de presidente do Comitê. Em esclarecimento, a Sr^a. Sofia informou que a presidência se encontrava vacante há algum tempo, tendo a então vice-presidente assumido a função de presidente interinamente, conforme previsto. Esclareceu ainda que a definição formal da composição e distribuição dos cargos da diretoria será realizada em reunião interna da própria diretoria e posteriormente apresentada para conhecimento e deliberação da plenária

Foi incluída em pauta a definição do calendário de reuniões ordinárias do Comitê. Recordou-se que, conforme os regimentos vigentes, as reuniões devem ocorrer de



forma bimestral, sendo historicamente realizadas às últimas terças-feiras do mês, às 9h. Propôs-se a manutenção desse padrão para o ano de 2026, com a fixação prévia das datas, a fim de facilitar a organização dos membros e reduzir ausências.

A proposta foi aprovada por consenso, ficando acordado que o calendário anual completo será elaborado e encaminhado ao grupo para ciência. Nos casos em que a data coincidir com feriado, será apresentada sugestão de remarcação dentro do mesmo mês, a ser pactuada previamente entre os membros.

Em seguida foi apresentado o Projeto de Segurança Hídrica, desenvolvido pela AGERH em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e a FAPES, com base na metodologia da ANA, visando avaliar e classificar a segurança hídrica das sub-bacias estaduais por meio de indicadores técnicos e validação participativa. Informou-se que o estudo terá duração aproximada de um ano e meio e contará com a participação de representantes dos comitês na etapa de validação. Foram indicadas e aprovadas a Sr^a Carina como titular e a Sr^a Leilliany como suplente para representar o Comitê no acompanhamento do projeto, cabendo às mesmas contribuir com informações da bacia e repassar os encaminhamentos à plenária.

Foi deliberada também a indicação de representantes para participação no Fórum Capixaba de Comitês, ficando definida a manutenção da representante atual, a Sr^a Sofia Nogueira, como titular, com suplência do Sr. Liezer, assegurando-se a continuidade do acompanhamento das reuniões. Esclareceu-se que as pautas serão previamente compartilhadas com o colegiado sempre que possível, para alinhamento de posicionamento, ressalvadas deliberações urgentes ocorridas no âmbito do próprio Fórum.

Registrou-se ainda que o Comitê já possui representação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Sr Weber da Força Verde. Tendo sido superadas questões documentais anteriores, ficou definido que o Comitê de Unificação acompanhará as reuniões do Conselho, ainda que sem direito a voto específico vinculado ao processo de unificação, garantindo participação e articulação institucional.

Debateu-se a definição do arranjo provisório de membros para o Comitê unificado e a necessidade de abertura de processo simplificado para preenchimento das vacâncias, observando-se a paridade entre segmentos e o cumprimento dos regimentos vigentes. Ficou acordado que os municípios realizarão articulação prévia para indicar possíveis representantes dos segmentos de usuários e sociedade civil. Após esse levantamento, será convocada reunião extraordinária para definição do número de vagas e lançamento do edital simplificado. Reforçou-se que as entidades deverão atender às exigências das resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, especialmente quanto à regularidade documental e compatibilidade estatutária, não sendo permitida duplicidade de cadeiras titulares por uma mesma instituição.

Por fim, foram reafirmadas as metas previstas para 2026, considerando as demandas administrativas relacionadas ao processo de unificação, e agradecida a presença de





todos, foi declarada encerrada a reunião. A presente Ata foi lavrada por mim; Leinalde Araújo, em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

Sofia Nogueira de Almeida
Presidente CBH Litoral Centro Sul
Secretária de Meio Ambiente de Anchieta

Weber Alves da Rocha

Vice-Presidente CBH Litoral Centro Sul
Presidente da Associação Ecológica Força Verde

Lízeer Guarnier Fim
Secretário Executivo CBH Litoral Centro Sul
Técnico em Saneamento - CESAN

